



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI

TERMO DE DISPENSA ELETRÔNICA
Processo de Administrativo nº 1848/2024
Dispensa de Licitação eletrônica Nº 007/2024

1- DO OBJETO

1.1. A presente dispensa de Licitação Emergencial Eletrônica tem por finalidade Contratação Emergencial de serviços de EXAMES DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM DE RAO-X (DIGITAL) COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, conforme Termo de Referência e ETP.

1.2. O objeto abrangerá as especificidades conforme descritas no Anexo I – Termo de Referência.

2 - FUNDAMENTO LEGAL

2.1. As contratações realizadas por Dispensa Eletrônica Emergencial enquadram-se, nos termos do inciso VIII do Art. 75 da Lei nº 14.133/21.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

3.1 - A presente dispensa de licitação dar-se-á por meio da Plataforma **LICITANET** com base legal na Lei Federal 14.133/21 e Lei Complementar 123/2006.

3.2 - Poderão participar desta Dispensa as empresas interessadas estabelecidas no País, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste termo, previamente credenciadas como fornecedores na Plataforma **LICITANET** (<https://licitanet.com.br/>).

3.3 - O Aviso e Termo de Dispensa Eletrônica nº 007/2024 será publicado exclusivamente no sítio da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO/PORTALTRANSPARENCIA, AROM, www.licitanet.com.br e Portal Nacional de Compras Públicas – PNCC no dia **01 de julho de 2024**.

3.3.1 - Serão aceitas as propostas apresentadas/cadastradas até as 07h59min. (DF) do dia **04 de julho de 2024**.

3.3.2 - A abertura das propostas e etapa de lances dar-se-á às **08 h (DF) do dia 04 de julho de 2024 até as 14 h(DF)**.

4 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1 - A participação dos interessados, no dia e hora fixados para a abertura das propostas dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio eletrônico, não sendo aceitas quaisquer propostas por forma diversa.

4.2 - A proposta deverá conter obrigatoriamente:

4.2.1 - Papel com timbre da empresa onde deverá constar, de modo legível, a Menor Taxa de Adm. e como será calculada a mesma;

4.2.3 - Prazo de validade da proposta, sendo o mesmo, no mínimo de 60 dias

4.2.4 - Prazo de início da prestação do serviço será conforme Termo de Referência, anexo I **“IMEDIATO”**.

4.2.5 - A proposta que não estipular o prazo de validade será considerada válida por 60 dias.

4.2.5 - O descumprimento do prazo de entrega acarretará multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor total da obrigação, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do total da obrigação.

4.2.6 - É facultado ao órgão que lança o presente termo, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do procedimento licitatório, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos licitantes, que deverão ser satisfeitos no prazo máximo de 24 horas.

5 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Avenida Tancredo Neves, 1782, Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 76.860-000 – CNPJ: 63.762.850/0001-47.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI

5.1 - As propostas lançadas pelo fornecedor na **LICITANET** de acordo com as especificações e exigências legais deste termo serão classificadas e Julgadas através do **"Menor Preço Unitário do Item"**.

5.2 - O não atendimento dos requisitos para participação ensejará a desclassificação da proposta no sistema e o impedimento automático da participação na disputa.

6 - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

ALÉM DOS DOCUMENTOS SOLICITADOS JUNTOS AO **"TERMO DE REFERÊNCIA"**, SERÃO SOLICITADOS:

- 6.1 - Cartão do CNPJ da empresa;
- 6.2 - Contrato social com última alteração ou consolidado;
- 6.3 - Documentos pessoais dos sócios;
- 6.4 - Certidão de Regularidade na Receita Federal (Tributos e Dívida Ativa);
- 6.5 - Certidão de Regularidade perante o FGTS;
- 6.6 - Certidão de Regularidade perante a Receita Estadual;
- 6.7 - Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- 6.9 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 6.10 - Certidão negativa de falência, insolvência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da licitante pessoa jurídica, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, com data não excedente a 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 7.1. Conforme Termo de Referência, anexo I.

8 - LOCAL DE ENTREGA:

- 8.1. Conforme Termo de Referência, anexo I.

9 - PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA:

- 9.1. Conforme Termo de Referência, anexo I.

10 - PRAZO PARA PAGAMENTO:

- 10.1. Conforme Termo de Referência, anexo I.

11 - INFORMAÇÕES GERAIS

11.1 - Para obter maiores informações sobre como participar da Dispensa Eletrônica, a empresa poderá entrar em contato pelo telefone (69) 98172-0026 ou através do e-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br.

12 - FORO

12.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Candeias do Jamari – RO, 28 de junho de 2024.

Paulo Fernando S. C. De Albuquerque
Agente de Contratação

Avenida Tancredo Neves, 1782, Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 76.860-000 – CNPJ: 63.762.850/0001-47.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
(EM ANEXO)

ANEXO II
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(EM ANEXO)

ANEXO III
MAPA DE PREÇO

Avenida Tancredo Neves, 1782, Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 76.860-000 – CNPJ: 63.762.850/0001-47.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA
(Processo Administrativo nº0001848.22.05-2024)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação Emergencial de serviços de EXAMES DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM DE RAIOS-X (DIGITAL) COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO, a serem executados com regime de mão de obra que ficara sobre aviso para atendimento, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
01	<p>APARELHO DE RAIOS - X FIXO DIGITAL DE MINIMO DE 600 MA. - ALTA FREQUÊNCIA - MICROPROCESSADO. Tensão de alimentação TRIFÁSICO - 220VAC OU 380VAC/60Hz. Faixa de KV 40 a 150 KV. Passo de ajuste de KV 1 KV. Faixa de mA 20 a 500 mA. Memória de Técnica Pré - programadas opcional. Estabilização de rede automática, PAINEL DE COMANDO. Indicações de Parâmetros de raios-x de KV e mAs no mínimo. Tipo de mostrador Digital (display de leds). Indicação de foco. Tipo de painel Membrana Tipo de teclas Tipo micro switch/luminosa. Acesso ao Menu de configurações. Display de cristal líquido. Botão de emergência. TUBO DE RAIOS X FOCO grosso 1.2 Foco fino 0.6 velocidade de giro do anodo 3.200 RPM/60HZ. Acionamento de palhetas Manual Abertura das palhetas a 1 m (SID) de 0x0 com cm a 43x43 cm Temporizador de lâmpada 30 s. acionamento de lâmpada Manual. Mesa de Pacientes com capacidade de até 200kg - REGISTRO DA ANVISA. Incluir instalação completa:</p> <p>4. Aparelho digitalizado de imagens para raios-x, com leitor integrado, de leitura única ou múltipla de cassetes e um conjunto de placas de fósforo para raios-x, com no mínimo duas unidades, nos tamanhos 24x30 cm, 35x43cm e 18x24.</p> <p>5. Impressora com nobreak para aparelho de raios - x digital e películas especiais para radiologia digital.</p> <p>Incluir instalação completa de todo o equipamento.</p> <p>Assistência técnica prestada pela empresa de forma preventiva e corretivas.</p> <p>Observações: Todos os insumos e EPI (equipamento de proteção individual) necessários para o desenvolvimento das atividades (películas, cassetes, envelopes), (Avental de chumbo ou plumbífero, óculos plumbífero, protetores de tireóide e dosimetria individual, bem como materiais para uso dos pacientes durante a realização de exames (aventais para troca de roupas) e ainda materiais para uso coletivo (copos, papel toalha, papel higiênico, álcool, materiais de limpeza e manutenção) são de responsabilidade e fornecimento da empresa contratada no período da execução do serviço.</p>

1. Considerando que serão pagos os Procedimentos realizados, conforme TABELA SUS e suas devidas atualizações, em anexo a este TERMO DE REFERÊNCIA, os quais constam os Valores Unitários de cada PROCEDIMENTO. Tão como os Valor do Serviço prestado pela empresa, juntamente com equipamentos de mão de obra necessária, CONFORME QUADRO ACIMA.

1.1. Considerando o informado junto ao item 2 do Termo de Referência, haverá apenas 1 valor fixo a ser pago à empresa detentora do Contrato, o qual compete a Prestação do Serviço juntamente com a locação do equipamento e mão de obra, além dos valores dos procedimentos realizados pelo mão de obra da contratada e as solicitação de Laudo que venha surgir, quais poderão alterar conforme procedimentos realizados através de dados técnicos e relatórios mensais.



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2. O prazo de vigência da contratação será de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogável por igual período, contados do(a) Publicação do Contrato e Ordem de Serviço junto AROM, improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021.

Considerando ainda que o Contrato oriundo desta Contratação Emergencial DEVERÁ ser rescindido a partir da Conclusão do Processo Administrativo nº 1401/2024 - DEFINITIVO.

3.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

6. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

6.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Os requisitos de Sustentabilidade encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação:

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: IMEDIATO após assinatura do Contrato ;

5.1.2. Diante dos fatos aqui expostos, salvo melhor juízo, entendemos que se justifica a contratação de empresa qualificada para prestação dos serviços de diagnóstico por imagem – (Raio –X Digital), 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de forma contínua, para atender as necessidades dos usuários da rede pública municipal, dentro das dependências da contratante, atendendo as normas e legislação pertinente, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**;

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. A prestação dos serviços será executada nas dependências da Unidade Mista Santa Izabel para atender as necessidades dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, em regime de plantão, 7 (sete) dias por semana ininterruptamente, mas todas as despesas com material de insumos e manutenção do equipamento na execução da prestação do serviço serão custeadas pela empresa vencedora, devendo a comprovação das manutenção do equipamento ser entregues em conjunto com a documentação da realização da prestação de serviço.

Os serviços serão prestados no seguinte horário: 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Todos os procedimentos de Raio-X DIGITAL deverão obrigatoriamente serem regulados por Sistema Nacional de Regulação - SISREG ou outro que venha a ser exigido pelo SUS, com **exceção dos atendimentos de urgência que serão regulados no ato do exame.**

A regulação se dará através de pedido/requisição emitido pelas unidades de saúde devidamente assinadas pelo médico solicitante do exame com o carimbo constando a numeração do CRM, datado.

Os resultados dos exames de Raio-X digital deverão ser fornecidos no momento da conclusão do exame, respeitando o seu limite de realização.

O s Exames de Raio-X solicitados com laudo deverão ser fornecidos em ate 24 (vinte quatro) horas da conclusão do exame, podendo ser prorrogada a entrega em caso de acumulo de exames no prazo máximo de 72 (setenta e duas)horas .

A Contratada só executará o procedimento, após apresentação da chave de regulação emitido pela (s) unidade (s) de saúde /SEMUSA.

A chave de regulação do exame deverá ser anexado a requisição do paciente fornecida pelo medico para o procedimento/exame, sendo remetidas para comprovação da execução do serviço em formato PDF com os originais, sendo vedada retenção de cópia de documento pessoais do paciente.

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A CONTRATADA deverá possuir o Procedimento Operacional Padrão (POP) e Normas e Rotinas pertinentes aos serviços prestados, corroborando com as diretrizes institucionais e legislação vigente.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

5.4. A CONTRATADA deverá obedecer todas as rotinas estabelecidas pela SEMUSA desde a solicitação dos exames, emissão dos laudos em até e a entrega final dos resultados;

5.5. A CONTRATANTE deverá Desenvolver manuais técnicos e de rotinas de trabalho.

Materiais a serem disponibilizados

5.6. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, CONFORME ENCONTRA-SE JUNTO AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.15. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no [Anexo XXX] OU [outro instrumento substituto] para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.16. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.17. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.18. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.19. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.20. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

6.21. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.22. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.23. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05 /17 - art. 62)

6.24. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

6.25. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.26. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.27. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.28. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (art.23, I e II de Decreto Nº 11.246, de 2022).

6.29. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.30. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.31. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.31.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

6.31.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.32.1.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.32.1.1.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.32.1.1.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.32.1.2 entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.32.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.32.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.32.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.32.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

(CNDT).

6.32.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.32.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.32.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.32.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.32.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.32.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.32.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.32.1.5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.32.1.6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

contratuais;

6.32.1.7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.32.1.8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.32.2. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.32.3. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.32.4. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.32.5. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.32.6. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.32.7. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item..

6.32.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.32.9 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.32.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.32.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

6.32.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.32.13. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.32.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

6.32.15. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.32.16. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.32.17. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

6.32.18. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.32.19. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.32.20. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.32.21. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.32.21. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.33. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.34. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.35. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.36. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

6.37. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.38. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.39. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Os Critérios de Medição requisitos de Sustentabilidade encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, e informações junto ao item 2 e 2.1 deste Termo de Referência.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão iniciado provisoriamente, no prazo de 30 (*trinta*) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga, referente a Prestação do Serviço "LOCAÇÃO E MÃO DE OBRA" e EXAMES "CONFORME TABELA SUS", devidamente informados de forma SEPARADA, para que não haja problemas futuros as partes.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndio concernentes aos



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de(....) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias corridos para fins de liquidação, na forma desta seção.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.23.1. o prazo de validade;

7.23.2. a data da emissão;

7.23.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.23.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.23.5. o valor a pagar; e

7.23.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificação a manutenção das condições de habilitação exigidas;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos os na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE

EXECUÇÃO Forma de seleção e critério de julgamento da

proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma Convencional, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de Preço MENOR PREÇO UNITÁRIO.

Regime de Execução

8.4. O regime de execução do contrato será de forma indireta.

Exigências de habilitação



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.5. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

1.

8.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.7. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.9. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.10. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.11. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.13. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.14. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.15. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

8.16. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.17. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.18. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.19. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.20. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.21. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.22. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.23. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.25. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.26. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.27. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.28. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.29. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.30. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.31. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.32. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.33. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal /Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.34. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.36. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

Qualificação Técnica

8.41. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.41.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

8.44. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.45. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com OBJETO SEMELHANDO AO SER CONTRATADO, por esta SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA.

8.45.5. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.45.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$):

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Será realizado através das Pesquisas de Preços junto a Coordenadoria Geral do Dep. de Compras/Gerencia de Cotação.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 02.00.00 – Poder Executivo

Unidade Orçamentária: 02.20.00 - Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA

Função: 10.301

Programa: 0128

Categoria: 2212

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00- Outros Serviços de Terceiro

D.R: 2.632.0000.0000

Função: 10.302

Programa: 0128

Categoria: 2125

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00- Outros Serviços de Terceiro

D.R: 1.600.0000.0000

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. PROGRAMAÇÃO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDO

a) Colaborar de forma efetiva no desenvolvimento diário das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos caso já implantado nas áreas da CONTRATANTE, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas;

b) Quando implantado, pela CONTRATANTE, Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, esta deverá observar as seguintes regras:

MATERIAIS NÃO RECICLÁVEIS

a) Materiais não recicláveis são todos os materiais que ainda não apresentam técnicas de reaproveitamento e estes são denominados REJEITOS, como: lixo de banheiro; papel higiênico; lenço de papel e; outros como: cerâmicas, pratos, vidros pirex e similares; trapos e roupas sujas; toco de cigarro; cinza e ciscos - que deverão ser segregados e acondicionados separadamente para destinação adequada; acrílico; lâmpadas fluorescentes – são acondicionadas em separado; papéis plastificados, metalizados ou parafinados; papel carbono e fotografias; fitas e etiquetas adesivas; copos descartáveis de papel; espelhos, vidros planos, cristais; pilhas - são acondicionadas em separado e enviadas para fabricante.

PRODUTOS BIODEGRADÁVEIS

a) Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis;

b) Utilizar racionalmente os saneantes domissanitários cuja aplicação nos serviços deverá observar regra basilar de menor toxicidade, livre de corantes e redução drástica de hipoclorito de sódio;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

c) Recomenda-se que a (s) CONTRATADA (S) utilizem produtos detergentes de baixas concentrações e baixo teores de fosfato.

CONTROLE DE POLUIÇÃO SONORA

a) Para seus equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído, como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel - dB (A), conforme Resolução CONAMA nº 020, de 07 de dezembro de 1994, em face de o ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição; a utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A (S) CONTRATADA (S) responsabilizar-se-á (ao) integralmente pelo serviço a ser prestado nos termos da legislação vigente, observado o estabelecido nos itens a seguir:

- a) Estar cadastrada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde e manter atualizado;
- b) Comprovar aptidão feita através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, da prestação de serviços de complexidade tecnológica ou operacional similares;
- c) Fica a CONTRATADA proibida de ceder ou transferir para terceiros a prestação dos serviços mencionadas no presente Termo de referência e seus anexos.
- d) A CONTRATADA deverá possuir o Procedimento Operacional Padrão (POP) e Normas e Rotinas pertinentes aos serviços prestados, corroborando com as diretrizes institucionais e legislação vigente.

A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL PELO (A):

- a) Aferição/calibração de parâmetros mensuráveis que comprovem a acurácia do equipamento dentro da periodicidade recomendada pelo fabricante ou anualmente, valendo o que for menor. Deve estar incluído, entre outros, testes de controle de qualidade.
- b) Demais procedimentos e rotinas preventivas recomendadas pelo fabricante conforme instruções do manual técnico e operacional, bem como as recomendações estabelecidas na literatura corrente ou agências regulamentadoras.
- c) Identificação/substituição das peças danificadas e/ou em condições precárias de uso, que possam implicar na confiabilidade e segurança do equipamento.
- d) Orientação e treinamento dos usuários/operadores quanto aos cuidados, procedimentos e protocolos de limpeza, notadamente para todos os equipamentos, para otimizar o uso dos equipamentos e ampliar sua vida útil.
- e) Treinamento dos técnicos, médicos e auxiliares de enfermagem na execução de exames, para agilizar o atendimento dos pacientes reduzindo o tempo de espera para execução e resultado dos respectivos exames.
- f) As manutenções preventivas e corretivas serão realizadas de acordo com as orientações dos fabricantes dos equipamentos.
- g) Os equipamentos com defeitos deverão ser consertados ou substituídos imediatamente, devendo a contratada dispor de outras alternativas para manter o atendimento. Os exames de emergência deverão ser de imediata solução pela CONTRATADA não causando prejuízos aos pacientes.

HIGIENIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

- a) Os produtos utilizados na higienização deverão ser de boa qualidade e adequados à higienização das diversas áreas e das superfícies, de maneira a não causar danos às dependências e aos equipamentos, não deixando resíduos ou cheiros, podendo ser vetado pela CONTRATANTE;
- b) O piso deverá permanecer sempre seco, sem acúmulos de água;
- c) A (S) CONTRATADA (S) deverá (ao) instalar saboneteiras e papeléis em pontos adequados, quando necessário e abastecê-los, com produtos próprios e adequados à higienização das mãos.

DA HIGIENIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS

- a) Todos os equipamentos, utensílios ou materiais deverão ser higienizados diariamente, após o uso e semanalmente.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

b) Remover o lixo em sacos plásticos duplos e resistentes, sempre identificado pelo símbolo e normas da conama.

c) Utilizar equipamentos de limpeza e higiene padronizado e normatizados para execução desta ação.

DEPENDÊNCIAS/INSTALAÇÕES FÍSICAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS

a) A (S) CONTRATADA (S) não poderá (ao) alterar a estrutura física existente, podendo, somente, mediante autorização desta Secretaria Municipal de Saúde. Reparos e adaptações nas dependências da CONTRATANTE, deverão sempre observar a legislação vigente;

b) A (S) CONTRATADA (S) não poderá (ao) alterar o endereço de atendimento;

c) Assegurar que as instalações físicas e dependências dos serviços de exames e procedimentos na área de diagnóstico por imagem, objeto do contrato, estejam em conformidade com legislação vigente;

d) Responsabilizar-se pela manutenção predial das dependências que envolvem a prestação de serviços de exames e procedimentos na área de diagnóstico por imagem, tais como, forro, azulejos, paredes, cantoneiras, borrachas de proteção, pisos, instalações hidráulicas e elétricas vinculadas ao serviço, realizando reparos imediatos, quando necessário; e) Garantir que as dependências vinculadas à execução dos serviços, bem como as instalações equipamentos colocados à disposição sejam de uso exclusivo para atender o objeto do contrato;

f) Fornecer todos os utensílios e materiais de consumo hospitalar necessários à execução dos serviços de exames e procedimentos na área de diagnóstico por imagem;

g) Promover a instalação de equipamentos necessários à prestação de serviços, os quais poderão ser retirados no término deste contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

h) Manter todos os equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso devendo substituir aqueles que vierem a ser considerados impróprios pela CONTRATANTE, devido ao mau estado de conservação;

i) A (S) CONTRATADA (S) responsabilizar-se-ão em disponibilizar, para os serviços, objeto deste contrato, os equipamentos necessários para o fiel cumprimento dos serviços mencionados neste Projeto Básico/Termo de referência.

j) A (s) CONTRATADA (S) deverá (ao) efetuar, imediatamente, a reposição do acervo patrimonial (equipamento de radio imagem) que forem inutilizados por quebra ou extravio, respeitando as especificações técnicas e o modelo do equipamento, não inferior a previamente estabelecida no edital.

k) Executar a manutenção preventiva e corretiva de instalações e equipamentos danificados no prazo imediato, oficializando a CONTRATANTE no caso de evento extraordinário, que, obrigatoriamente, gere paralisação no serviço objeto da (s) CONTRATADA (S).

l) Apresentar alternativa técnica para regularização dos serviços em caso de evento GRAVE que não seja solucionado em até 24 horas, a fim de que, seja garantida a continuidade de acesso aos usuários, bem como a segurança jurídica para a instituição CONTRATANTE;

m) Responder à CONTRATANTE pelos danos ou avarias causados ao patrimônio da CONTRATANTE por seus empregados e encarregados;

n) A manutenção das instalações elétricas e de outros equipamentos será de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA (S), devendo todo e qualquer procedimento nesta área ser previamente comunicado a Secretaria Municipal de Saúde; p) A (S) CONTRATADA (S) deverá (ão) responsabilizar-se pela conservação da estrutura física da área utilizada;

o) A (S) CONTRATADA (S) comprometem-se a preencher toda a documentação referente ao atendimento prestado ao paciente, bem como os documentos necessários para emissão da nota fiscal;

p) No término do contrato, a (s) Empresa (s) CONTRATA

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) A supervisão dos serviços da CONTRATADA deverá ser efetuada pela Direção do HPP Santa Isabel e encaminhada através de relatório aos seus superiores hierárquicos.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

b) Desenvolver manuais técnicos e de rotinas de trabalho. c) Estabelecer e implantar formas e métodos de controle de qualidade, de acordo com a legislação vigente.

d) Indicar, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual.

e) Disponibilizar à CONTRATADA as dependências e instalações físicas destinadas à prestação do serviço.

f) Entregar à CONTRATADA quando do início da prestação do serviço, relação onde conste: descrição e estado de conservação da área e, registrando também as condições dos mesmos.

g) Disponibilizar à CONTRATADA todas as normas e/ou rotinas de segurança vigentes na Unidade.

h) Comunicar por escrito à CONTRATADA, qualquer falha ou deficiência do serviço, exigindo a imediata correção.

FISCALIZAÇÃO/CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS [

a) A CONTRATANTE é assegurada à gestão e/ou fiscalização dos serviços contratados, de forma a acompanhar a execução contratual, de modo a assegurar o cumprimento da execução do objeto contratado.

b) A fiscalização da CONTRATANTE terá, a qualquer tempo, acesso a todas as dependências dos serviços da CONTRATADA.

c) A fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE não exclui nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inobservância ou omissão à legislação vigente e às cláusulas contratuais.

14. EQUIPE DE TRABALHO

A (S) CONTRATADA (S) responsabilizar-se-ão em disponibilizar, para os serviços objeto deste contrato, os profissionais necessários (médico (s) especializado (s) e etc.) para o fiel cumprimento dos serviços mencionados neste Termo de Referência, mantendo no HPP Santa Isabel a equipe mínima adiante estabelecida:

a) A Prefeitura Municipal de Candeias de Jamari-Rondônia, através da SEMUSA disponibilizará 1 (um) recepcionista e 03 (três) técnicos em radiologia, pertencente ao quadro efetivos do Município, que cumprirão suas escalas de trabalhos de segunda a sexta feira, sobre regime de plantão de 10(dez) horas, corridas e não poderão ultrapassar a carga horaria de 24 (vinte quatro) semanais, conforme o conselho de classes.

ESPECIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS - COBERTURA - HOSPITALAR – AMBULATORIAL.

Profissional Médico, com comprovação de diplomação em Radiologia (Título de Especialista pelo Colégio Brasileiro de Radiologia) e experiência comprovada na emissão de Laudos Radiológicos mínima de 06 (seis) meses.

Profissional Técnico em Radiologia, com comprovação de capacidade e 24 horas.

Experiência técnica mínima de 06 (seis) meses para atendimento em regime de plantão (SOBREAVISO), de segunda- feira a domingo.

A (S) CONTRATADA (S) deverá (ao) estar rigorosamente registrada, habilitada, e autorizada junto Conselho de Classe respectivo a prestar os serviços pretendidos, bem como, constar em seu quadro técnico o responsável técnico, específico, por cada categoria em cumprimento às legislações pertinentes;

A (s) empresa (s) terá (ao) que oferecer uniformes a todos os seus funcionários, atendendo as normas e exigências vigentes, equipamentos;

Proteção individual, segundo determina a medicina e segurança no trabalho.

A (s) empresa (s) deverá (ao) se responsabilizar pela realização de exames de saúde admissionais e periódicos dos seus funcionários, apresentando, sempre que solicitada documentações destes exames.

Quanto à supervisão: A Direção da Secretaria Municipal de saúde e Conselho Municipal de saúde realizará (ao) supervisão dos serviços de exames e procedimentos na área de diagnostico por imagem, e para tal é necessário.

Que a Direção da Secretaria Municipal de saúde-se MUSA e o e Conselho Municipal de saúde tenha livre acesso a dependência da empresa, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar os serviços da mesma, determinando alterações dos mesmos quando



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

estes estiverem em desacordo.

Designar, por escrito, no ato de recebimento da autorização de serviços, preposto para tomar as decisões compatíveis com os compromissos assumidos e com poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato; 13.2.9 Manter profissional radiologista responsável técnico pelos serviços e garantir a efetiva e imediata substituição do profissional, pelo menos por outro do mesmo nível, ato contínuo a eventuais impedimentos, conforme previsto na Lei 14.133/21 e demais legislação aplicável;

Manter quadro de pessoal técnico, operacional e administrativo em número necessário e suficiente para atender o cumprimento das obrigações assumidas;

Assegurar, em conjunto com a CONTRATANTE, a observância e atendimento dos parâmetros quantitativos de profissionais estabelecidos em legislações do Conselho de Classe.

Comprovar, quando solicitado, o registro e regularidade de seus radiologista e técnicos envolvidos na prestação dos serviços, junto ao Conselho Regional;

Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade dos seus empregados;

Manter no Hospital arquivo de cópia dos exames admissionais, periódicos, demissionais, mudança de função e retorno ao trabalho, conforme preconiza NR7 que compõe Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978 e suas alterações, fornecendo cópias sempre que solicitado;

Apresentar à CONTRATANTE, quando exigidos, comprovante de pagamentos de salários, apólices de seguro contra acidentes de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados que estejam ou tenham estado a serviço da CONTRATANTE, por força deste contrato;

Manter disciplina nos locais dos serviços, afastando imediatamente após notificação formal, qualquer empregado considerado com conduta que afete a memória institucional e contrarie a normalidade ou rotina de atendimento;

Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar grave, apurada, não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou quaisquer outras instalações da CONTRATANTE;

Promover treinamentos periódicos específicos, teóricos e práticos de toda a equipe de trabalho, por meio de programa de treinamento destinado aos empregados operacionais, administrativos e técnicos, abordando os aspectos de higiene pessoal, ambiental e, obrigatoriamente, a prevenção de acidentes de trabalho e combate a incêndio, biossegurança, apontando a pauta administrada com lista de presença assinada pelos funcionários e periodicidade em que será realizado, apresentando cronograma à CONTRATANTE;

Responsabilizar-se por eventuais paralisações do serviço, por parte de seus empregados, garantindo a continuidade dos serviços contratados, sem repasse de qualquer ônus à CONTRATANTE;

Cumprir as posturas do município e as disposições legais, Estaduais e Federais que se relacionem com a prestação de serviços, objeto deste contrato;

Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos com nível de instrução compatível e funções profissionais devidamente registradas em suas carteiras de trabalho;

Fornecer aos funcionários que irão desenvolver suas atividades junto aos serviços contratados, somente, após efetivo treinamento, com avaliação do conteúdo programático, tais como: noções de fundamentos de segurança do trabalho, saúde do trabalhador, higiene hospitalar, higiene pessoal e aparência, infecção hospitalar, uso correto de EPI's, comportamento, postura, normas e deveres, rotina de trabalho a ser executada, e outros;

Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir, notavelmente, o bom andamento dos trabalhos, fiscalizando e ministrando orientações necessárias aos executantes dos serviços. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, a CONTRATANTE e tomar as providências pertinentes;

Fornecer todo equipamento de higiene e segurança do trabalho aos seus empregados no exercício de suas funções;

Realizar, por meio de responsável técnico especialmente designado, treinamentos e reciclagens periódicas aos empregados que estejam executando limpeza no hospital;

Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tal como prevenção de incêndio nas áreas da CONTRATANTE;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15. Responsáveis



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

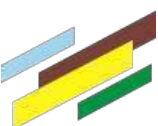
ANEXO I
VALORES DA TABELA SUS

ITENS	CÓDIGO	PROCEDIMENTO/ RADIODIAGNOSTICO	valor
1	204010055	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR BILATERAL	R\$ 8,38
2	204010063	RADIOGRAFIA DE CAVUM (LATERAL + HIRTZ)	R\$ 6,88
3	204010071	RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL + OBLIGUA / BRETTON + HIRTZ)	R\$ 9,15
4	204010080	RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL)	R\$ 7,52
5	204010128	RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN + LATERAL + HIRTZ)	R\$ 8,38
6	204010144	RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN + MN + LATERAL + HIRTZ)	R\$ 7,23
7	204010179	RADIOGRAFIA PANORAMICA	R\$ 9,03
8	204020042	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO / FLEXAO)	R\$ 8,19
9	204020069	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA AP/P	R\$ 10,96
10	204020077	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA (C/ OBLIQUAS)	R\$ 14,90
11	204020085	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA FUNCIONAL / DINAMICA	R\$ 16,88
12	204020093	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACICA (AP + LATERAL)	R\$ 9,16
13	204020115	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR DINAMICA	R\$ 15,58
14	204020123	RADIOGRAFIA DE REGIAO SACRO-COCCIGEA	R\$ 7,80
15	204030072	RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITORAX) – ARCOS- COSTAIS	R\$ 8,37
16	204030137	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA + INSPIRACAO + EXPIRACAO + LATERAL)	R\$ 14,32
17	204030153	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL	R\$ 9,50
18	204030170	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)	R\$ 6,88
19	204040019	RADIOGRAFIA DE ANTEBRACO	R\$ 6,42
20	204040035	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ESCAPULO-UMERAL	R\$ 7,40
21	204040051	RADIOGRAFIA DE BRAÇO	R\$ 7,77
22	204040060	RADIOGRAFIA DE CLAVICULA	R\$ 7,40
23	204040078	RADIOGRAFIA DE COTOVELO	R\$ 5,90
24	204040094	RADIOGRAFIA DE MAO	R\$ 6,30
25	204040108	RADIOGRAFIA DE MAO E PUNHO (P/ DETERMINACAO DE IDADE OSSEA)	R\$ 6,00
26	204040116	RADIOGRAFIA DE ESCAPULA/OMBRO (TRES POSICOES)	R\$ 7,98
27	204040124	RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP + LATERAL + OBLIQUA)	R\$ 6,91
28	204050138	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN SIMPLES (AP)	R\$ 7,17
29	204060036	ESCANOMETRIA	R\$ 7,77
30	204060060	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO COXO-FEMORAL	R\$ 7,77
31	204060087	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TIBIO-TARSICA	R\$ 6,50
32	204060095	RADIOGRAFIA DE BACIA	R\$ 7,77
33	204060109	RADIOGRAFIA DE CALCANEIO	R\$ 6,50
34	204060117	RADIOGRAFIA DE COXA	R\$ 8,94
35	204060150	RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE	R\$ 6,78
36	204060168	RADIOGRAFIA DE PERNA	R\$ 8,94
37	204060125	RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP + LATERAL)	R\$ 6,78

Rua Marechal rondo -287-Bairro satellite -Candeias do Jamari – Rondônia. CEP:76.860-000 – CNPJ: 84.744.853/0001-28
Email: semusa@candeiasdojamari.ro.gov.br



PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **ALESSANDRA PIRES DE ASSIS**, CPF: 701.55*.**2-*9 em **28/06/2024 13:51:49**. Cód. Autenticidade da Assinatura: **13A7.8E51.3497.W61U.1216**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.34D.690** - Tipo de Documento: **TERMO DE JUNTADA.**

Elaborado por **ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA**, CPF: 825.52*.**2-*5, em **28/06/2024 - 13:33:48**

Código de Autenticidade deste Documento: 13K3.7333.748A.E559.6071



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



Estudo Técnico Preliminar 76/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 0001848.22.05-2024

2. Descrição da necessidade

A contratação do serviço de **diagnóstico por imagem, através do Raio-X**, é essencial para garantir a prestação de serviços públicos de saúde à população. Atualmente, não existe este serviço disponível no município para atender a demanda dos usuários do SUS. Os cidadãos de Candeias do Jamari, tem a necessidade de se deslocarem ao município vizinho Porto Velho a 27 km, para realizar este exame. Esta situação compromete a eficiência e a rapidez no atendimento médico necessário.

Problema para a Administração Pública:

A ausência do serviço de diagnóstico por imagem no município resulta em dificuldades logísticas e sobrecarga dos sistemas de saúde de municípios vizinhos. A falta deste serviço pode comprometer o atendimento de saúde, prolongar diagnósticos e tratamentos, e sobrecarregar o sistema de transporte público e privado para deslocamentos dos pacientes.

Benefícios com a Resolução deste Problema:

- Redução dos Deslocamentos:** Evitará a necessidade de deslocamento para municípios vizinhos, facilitando o acesso rápido ao diagnóstico.
- Melhoria na Eficiência dos Serviços de Saúde:** Proporcionará diagnósticos mais rápidos, possibilitando tratamentos imediatos e eficazes.
- Descongestionamento do Sistema de Saúde Vizinho:** Reduzirá a pressão sobre os serviços de saúde de Candeias do Jamari, melhorando a qualidade do atendimento para todos.
- Aumento da Satisfação dos Usuários:** Com o acesso local aos serviços de Raio-X, os usuários terão maior comodidade e satisfação com o serviço público de saúde.

Malefícios com a Não Resolução deste Problema:

- Risco à Saúde da População:** A demora no diagnóstico pode agravar condições de saúde que poderiam ser tratadas precocemente.
- Aumento de Custos:** Despesas adicionais com transporte e potencial agravamento de condições de saúde que requerem tratamentos mais complexos e caros.
- Ineficiência do Sistema de Saúde:** A continuidade da sobrecarga nos municípios vizinhos pode levar à deterioração da qualidade dos serviços prestados.

Retorno à População:

A implantação do serviço de Raio-X no município de Candeias do Jamari - RO, proporcionará um atendimento mais rápido e eficiente, melhorando a saúde pública local. Isso se traduz em uma comunidade mais saudável, com maior qualidade de vida e confiança nos serviços de saúde pública oferecidos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
coordenador de núcleo de média e alta complexidade	jalisson miranda teixeira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Qualificação Técnica:

- Apresentar atestado de capacidade técnica que comprove a realização de serviços similares em outras instituições de saúde.

Equipamentos:

- Os equipamentos de Raio-X devem ser de tecnologia moderna, com certificação de conformidade e laudos de calibração atualizados.
- Garantia de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos durante o período de vigência do contrato.

Local de Prestação do Serviço:

- O serviço de Raio-X deve ser realizado nas dependências do órgão público contratante, com instalações adequadas e aprovadas pela vigilância sanitária.

Horário de Funcionamento:

- O serviço deve estar disponível em horário comercial, com possibilidade de atendimento emergencial fora do expediente normal.

Normas de Segurança:

- Cumprimento das normas de segurança do trabalho e de radioproteção, conforme legislação vigente.
- Uso obrigatório de equipamentos de proteção individual (EPIs) pelos profissionais.

Capacidade de Atendimento:

- A empresa deve garantir capacidade para atender a demanda projetada, com um mínimo de [quantidade] exames mensais.

Condições de Pagamento:

Forma de Pagamento:

- Pagamento mensal por serviço prestado, mediante apresentação de relatório mensal de atendimentos e nota fiscal correspondente.

Prazos de Pagamento:

- O pagamento será efetuado até 30 dias após a apresentação dos documentos fiscais e relatórios mensais, devidamente aprovados pelo órgão contratante.

Ajustes e Reajustes:

- Possibilidade de reajuste anual dos valores conforme índice de inflação estabelecido em contrato, desde que devidamente justificado e aprovado.

Manutenção de Equipamentos:

- Garantia de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, sem custos adicionais para o órgão contratante, durante todo o período contratual.

Condições de Recebimento:

Aceitação dos Serviços:

- Os serviços serão aceitos mediante verificação e aprovação pelo responsável técnico do órgão contratante, com base nos relatórios mensais de atendimento.

Controle de Qualidade:

- Implementação de um sistema de controle de qualidade para monitoramento dos serviços prestados, garantindo a conformidade com os padrões estabelecidos.

Relatórios de Atividade:

- Entrega mensal de relatórios detalhados dos atendimentos realizados, incluindo número de exames, tempo de execução e quaisquer incidentes ocorridos.

Acompanhamento e Fiscalização:

- O órgão contratante se reserva o direito de realizar auditorias e inspeções periódicas para assegurar o cumprimento dos termos contratuais e a qualidade dos serviços.

5. Levantamento de Mercado

Objetivo:

Verificar junto a outras contratações, outros órgãos e empresas privadas, as possíveis soluções para a prestação de serviço de Raio-X por imagem e identificar quais soluções atendem melhor às necessidades da administração pública dentro dos seus contextos, limitações e região.

Identificação das Soluções Disponíveis:**1 - Serviços Internos (In-house):**

- Implementação de um serviço próprio de Raio-X dentro das instalações do órgão público, com contratação de equipe especializada e aquisição de equipamentos modernos.

2 - Parceria Público-Privada (PPP):

- Estabelecimento de parcerias com empresas privadas para a prestação do serviço de Raio-X, utilizando a infraestrutura e a expertise técnica das empresas contratadas.

3 - Terceirização Completa:

- Contratação de empresas especializadas para fornecer todo o serviço de Raio-X, incluindo equipamentos, manutenção e pessoal de sobre aviso, sem a necessidade de investimento direto do órgão público em infraestrutura.

4 - Consórcios Públicos:

- Formação de consórcios entre municípios para compartilhamento de recursos e infraestrutura de Raio-X, otimizando custos e ampliando a capacidade de atendimento.

5 - Telemedicina:

- Implementação de serviços de Raio-X com suporte remoto de especialistas, utilizando tecnologias de telemedicina para a análise e diagnóstico das imagens obtidas localmente.

Análise das Soluções:**1 - Serviços Internos (In-house):**

- **Vantagens:**
 - Controle direto sobre a qualidade e operação do serviço.
 - Integração com outros serviços de saúde do órgão público.
- **Desvantagens:**
 - Alto custo inicial de investimento em equipamentos e infraestrutura.
 - Necessidade de contratação e treinamento de pessoal especializado.

2 - Parceria Público-Privada (PPP):

- **Vantagens:**
 - Transferência de parte do risco e da responsabilidade para a empresa privada.

- Acesso a tecnologias avançadas e expertise técnica.
- **Desvantagens:**
 - Complexidade na gestão e fiscalização do contrato.
 - Possível dependência de terceiros para a continuidade do serviço.

3 - Terceirização Completa:

- **Vantagens:**
 - Redução de custos de investimento inicial.
 - Flexibilidade para ajustar a capacidade de atendimento conforme a demanda.
- **Desvantagens:**
 - Menor controle sobre a qualidade do serviço prestado.
 - Necessidade de fiscalização contínua para garantir a conformidade com os padrões estabelecidos.

4 - Consórcios Públicos:

- **Vantagens:**
 - Compartilhamento de custos e recursos entre municípios.
 - Maior capacidade de atendimento e cobertura regional.
- **Desvantagens:**
 - Complexidade na coordenação e gestão do consórcio.
 - Dependência da colaboração e comprometimento dos municípios participantes.

5 - Telemedicina:

- **Vantagens:**
 - Acesso a especialistas e serviços de diagnóstico à distância.
 - Redução de custos operacionais e de infraestrutura local.
- **Desvantagens:**
 - Dependência de tecnologias de comunicação e infraestrutura de TI.
 - Limitações na realização de procedimentos que requerem presença física.

Identificação da Solução Ideal:

Após analisar as vantagens e desvantagens de cada solução 3 - terceirização completa se destaca como a solução que melhor atende às necessidades da administração pública para a prestação do serviço de Raio-X por imagem. Isso se deve aos seguintes motivos:

- **Qualidade e Eficiência:** A terceirização permite que o serviço seja prestado por empresas especializadas com experiência comprovada, garantindo altos padrões de qualidade e eficiência.
- **Modernização:** Empresas terceirizadas frequentemente possuem acesso a tecnologias modernas e estão atualizadas com as melhores práticas do mercado, o que proporciona um serviço de diagnóstico de imagem de alta qualidade.
- **Custo-Benefício:** A terceirização elimina a necessidade de altos investimentos iniciais em infraestrutura e equipamentos, além de permitir uma flexibilidade maior na gestão dos custos operacionais.
- **Flexibilidade e Adaptação:** A possibilidade de ajustar a capacidade de atendimento conforme a demanda e a facilidade de integrar o serviço com outras soluções de saúde tornam a terceirização uma opção prática e eficaz para a administração pública.

6. Descrição da solução como um todo

Art. 18, § 1º, inciso VII: Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

a) Solução Completa:

A solução completa proposta é a terceirização total do serviço de Raio-X por imagem através da **Dispensa de Licitação Emergencial** conforme art. 75, VIII da Lei 14.133/21. Devido à urgência e à essencialidade do serviço, essa contratação visa restabelecer a prestação do serviço de Raio-X à população do município, que está sem acesso a esse serviço há praticamente um ano.

b) Continuado ou Não:

A prestação do serviço será **continuado**, garantindo a disponibilidade constante dos exames de Raio-X para atender à demanda do sistema público de saúde.

c) Serviço Comum ou Não:

O serviço de Raio-X por imagem é considerado um **serviço comum**, pois pode ser definido por especificações usuais de mercado, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente mensuráveis.

d) Julgamento da Proposta:

Embora a contratação seja por dispensa de licitação, é essencial realizar uma análise técnica das propostas para assegurar que a empresa contratada possua a qualificação e a capacidade técnica necessárias para prestar o serviço com qualidade e eficiência. O critério de julgamento será pelo **menor preço**, desde que atendidos todos os requisitos técnicos e de qualificação estabelecidos.

e) Obrigações da Contratada e Contratante:**Contratada:**

- Fornecimento e instalação dos equipamentos de Raio-X.
- Realização da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.
- Disponibilização de profissionais qualificados para a execução dos exames.
- Garantia da continuidade e qualidade dos serviços prestados.
- Entrega de relatórios mensais detalhando os serviços realizados.
- Disponibilização de insumos necessários para a realização dos exames.

Contratante:

- Fornecimento do espaço físico adequado para a instalação dos equipamentos.
- Fiscalização e monitoramento da qualidade dos serviços prestados.
- Pagamento mensal conforme os termos contratuais estabelecidos.

f) Prestação do Serviço:

O serviço será prestado nas dependências do órgão público contratante, com atendimento em horário comercial e disponibilidade para atendimento emergencial fora do expediente normal. A contratada deve assegurar a realização dos exames de Raio-X com eficiência e qualidade conforme T.R e normas de saúde e segurança vigentes.

g) Pagamento e Demais:

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, após a aprovação dos relatórios mensais de serviços prestados e a emissão das notas fiscais correspondentes. O prazo para pagamento será de até 30 dias após a apresentação da documentação. O contrato poderá prever reajustes anuais com base em índices de inflação, conforme acordado entre as partes.

Justificativa Técnica:

A terceirização total do serviço de Raio-X por imagem por meio de dispensa de licitação emergencial é justificada pela necessidade de restabelecer urgentemente um serviço essencial para a população. A falta deste serviço compromete a saúde pública e a qualidade do atendimento médico no município. A terceirização permitirá acesso imediato a tecnologias modernas e a expertise de empresas especializadas, sem a necessidade de altos investimentos iniciais em infraestrutura e equipamentos por parte da administração pública. Essa solução é eficiente, proporciona flexibilidade na gestão dos serviços e garante a melhor relação custo-benefício, atendendo plenamente às necessidades do sistema público de saúde de forma rápida e eficaz.



7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Conforme tabela abaixo, consta os exames e quantitativos realizados junto ao ultimo contrato, ref. aos meses de dezembro 2022 à julho de 2023.

Considerando a Memória de Cálculo, esta Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, realizou uma média de exames mensais, o qual informa o QUANTITATIVO MENSAL DE RAIO - X = 625, sendo o total p/ 12 meses 7.500 Diagnostico por imagem.

Considerando que a empresa detentora do Contrato, deverá se atentar a LOCAÇÃO DO APARELHO, DISPONIBILIZAÇÃO DE PESSOAS QUALIFICADAS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO APARELHO e a REALIZAÇÃO DOS RAIO - X, considerando TABELA DO SUS, junto a Estimativa de Preço.

MEMORIA DE CALCULO POR UM PRERIOODO DE 8 MÊS										
ITENS	CÓDIGO	PROCEDIMENTO/ RADIODIAGNOSTICO: QUANTIDADE MENSAL/ ESTIMADA 600.	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	j
1	204010055	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR BILATERAL								
2	204010063	RADIOGRAFIA DE CAVUM (LATERAL + HIRTZ)								
3	204010071	RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL + OBLIGUA / BRETTON + HIRTZ)								
4	204010080	RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL)	3	21	16	3	14	16	24	
5	204010128	RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN + LATERAL + HIRTZ)								
6	204010144	RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN + MN + LATERAL + HIRTZ)	7	16	11	9	13	11	10	
7	204010179	RADIOGRAFIA PANORAMICA								
8	204020042	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO / FLEXAO)								
9	204020069	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA AP/P	56	34	21	45	12	27	40	
10	204020077	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA (C/ OBLIQUAS)								
11	204020085	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA FUNCIONAL / DINAMICA								

12	204020093	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACICA (AP + LATERAL)	9	8	13			11	25
13	204020115	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACOLOMBAR DINAMICA							
14	204020123	RADIOGRAFIA DE REGIAO SACROCOCCIGEA							
15	204030072	RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITORAX) – ARCOS- COSTAIS					2	1	2
16	204030137	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA + INSPIRACAO + EXPIRACAO + LATERAL)			160				
17	204030153	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL	104	132		246	228	192	392
18	204030170	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)							
19	204040019	RADIOGRAFIA DE ANTEBRACO	8	19	21	13	15	15	33
20	204040035	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ESCAPULO-UMERAL							
21	204040051	RADIOGRAFIA DE BRAÇO	14	23	17	12	11	12	24
22	204040060	RADIOGRAFIA DE CLAVICULA					4		3
23	204040078	RADIOGRAFIA DE COTOVELO	5	8	16	7	14	9	22
24	204040094	RADIOGRAFIA DE MAO	29	42	31	37	38	31	
25	204040108	RADIOGRAFIA DE MAO E PUNHO (P/ DETERMINACAO DE IDADE OSSEA)							
26	204040116	RADIOGRAFIA DE ESCAPULA/OMBRO (TRES POSICOES)	14	18	11	18	25	15	41
27	204040124	RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP + LATERAL + OBLIQUA)	18	17	18	29	22	19	80
28	204050138	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN SIMPLES (AP)	8	14	38	51	28	21	43



29	204060036	ESCANOMETRIA						1	
30	204060060	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO COXO-FEMORAL		3	1				
31	204060087	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TIBIO-TARSICA		3					
32	204060095	RADIOGRAFIA DE BACIA	31	21	31	31	35	26	59
33	204060109	RADIOGRAFIA DE CALCANEIO	9	20	12	18	29	24	60
34	204060117	RADIOGRAFIA DE COXA	3	11	117	6	11	9	27
35	204060150	RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE	17	40	30	37	43	50	75
36	204060168	RADIOGRAFIA DE PERNA	6	13	17	17	27	18	51
37	204060125	RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP + LATERAL)	23	30	22	28	30	33	63
Quantidade ao mês			364	493	603	607	601	541	1074

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 420.000,00

Conforme tabela do SUS abaixo e valores pagos junto ao ultimo contrato o qual venceu no ano de 2023.

Considerando o quantitativo de exames realizados mensalmente, valor pago junto ao ultimo contrato nº 027/2019/PGM, Processo Administrativo nº 542/2019, o qual era na média de R\$ 6.000,00 (seis mil) de procedimentos realizados ao mês e R\$ 23.000,00 (vinte e três mil) referente ao serviço de LOCAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, tendo o valor total R\$ 29.000,00, o qual deverá ser realizado junto a Coordenadoria Geral do Departamento de Compras/Gerencia de Cotação as devidas Pesquisas p/ fins da Contratação de empresa PARA LOCAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, conforme art. 23 da Lei 14.133/21.

Considerando que esta Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, estará trabalhando com uma média de R\$ 6.000,00 mensais de procedimentos (conforme RELATÓRIOS DOS ULTIMOS BPA em ANEXO).

ITENS	CÓDIGO	PROCEDIMENTO/ RADIODIAGNOSTICO
1	204010055	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR BILATERAL
2	204010063	RADIOGRAFIA DE CAVUM (LATERAL + HIRTZ)
3	204010071	RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL + OBLIGUA / BRETTON + HIRTZ)



4	204010080	RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL)
5	204010128	RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN + LATERAL + HIRTZ)
6	204010144	RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN + MN + LATERAL + HIRTZ)
7	204010179	RADIOGRAFIA PANORAMICA
8	204020042	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO / FLEXAO)
9	204020069	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA AP/P
10	204020077	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA (C/ OBLIQUAS)
11	204020085	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA FUNCIONAL / DINAMICA
12	204020093	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACICA (AP + LATERAL)
13	204020115	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR DINAMICA
14	204020123	RADIOGRAFIA DE REGIAO SACRO-COCCIGEA
15	204030072	RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITORAX) – ARCOS- COSTAIS
16	204030137	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA + INSPIRACAO + EXPIRACAO + LATERAL)
17	204030153	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)
18	204030170	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)
19	204040019	RADIOGRAFIA DE ANTEBRACO
20	204040035	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ESCAPULO-UMERAL
21	204040051	RADIOGRAFIA DE BRAÇO
22	204040060	RADIOGRAFIA DE CLAVICULA
23	204040078	RADIOGRAFIA DE COTOVELO
24	204040094	RADIOGRAFIA DE MAO



25	204040108	RADIOGRAFIA DE MAO E PUNHO (P/ DETERMINACAO DE IDADE OSSEA)
26	204040116	RADIOGRAFIA DE ESCAPULA/OMBRO (TRES POSICOES)
27	204040124	RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP + LATERAL + OBLIQUA)
28	204050138	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN SIMPLES (AP)
29	204060036	ESCANOMETRIA
30	204060060	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO COXO-FEMORAL
31	204060087	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TIBIO-TARSICA
32	204060095	RADIOGRAFIA DE BACIA
33	204060109	RADIOGRAFIA DE CALCANEIO
34	204060117	RADIOGRAFIA DE COXA
35	204060150	RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE
36	204060168	RADIOGRAFIA DE PERNA
37	204060125	RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP + LATERAL)

Os valores da Tabela SUS é o constante na Tabela unificada do SIGTAP. Para acessar entrar no link que segue: [hΣp://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.js](https://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.js)

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da contratação do serviço de Raio-X por imagem não se aplica, pois o objeto possui apenas uma especificação técnica e operacional que é indivisível. A contratação de um único fornecedor para a prestação integral do serviço é a abordagem mais eficiente e tecnicamente justificável, garantindo a qualidade, continuidade e eficácia do serviço prestado à população.

Com a contratação de uma única empresa para a prestação completa do serviço, a responsabilidade pela execução do contrato é clara e unificada. Isso facilita a resolução de quaisquer problemas ou questões que possam surgir durante a vigência do contrato, sem a necessidade de coordenação entre múltiplos fornecedores ou prestadores de serviço.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes para a prestação do serviço de Raio-X por imagem via terceirização total. A solução proposta é completa e independente, englobando todos os aspectos necessários para garantir a prestação de um serviço eficiente e de qualidade, sem a necessidade de outras contratações complementares.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Embora a contratação do serviço de Raio-X por imagem via terceirização total não esteja atualmente prevista no PCA, a sua inclusão está em curso no planejamento para o período 2024/2025. A urgência e a importância deste serviço justificam a execução antecipada da contratação, garantindo a continuidade e a qualidade do atendimento médico. Este alinhamento entre a contratação e o planejamento reforça o compromisso desta Administração com a eficiência e a conformidade às novas regulamentações, enquanto gradualmente implementamos as diretrizes da Lei 14.133/2021.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Introdução

A contratação do serviço de Raio-X por imagem por meio de terceirização total tem como objetivo principal atender à demanda crescente por diagnósticos precisos e rápidos, garantindo eficiência e qualidade nos serviços de saúde oferecidos. Conforme o Art. 18, § 1º, da Lei 14.133/21, é crucial justificar tecnicamente os benefícios esperados dessa contratação. Abaixo, detalhamos os principais benefícios que justificam esta contratação.

Benefícios Esperados

Melhoria na Qualidade do Atendimento

A terceirização total do serviço de Raio-X possibilita a contratação de empresas especializadas, que possuem tecnologias de ponta e profissionais qualificados. Isso resulta em imagens de alta qualidade e diagnósticos mais precisos, elevando o padrão de atendimento aos pacientes e facilitando a tomada de decisões clínicas pelos médicos.

Redução de Custos Operacionais

A terceirização pode resultar em uma significativa redução de custos operacionais. A administração hospitalar elimina a necessidade de investir em equipamentos caros e de manter pessoal especializado em tempo integral. Além disso, custos com manutenção, atualização tecnológica e treinamento são transferidos para a empresa contratada.

Agilidade e Eficiência nos Processos

Empresas terceirizadas, focadas exclusivamente em serviços de imagem, tendem a operar de maneira mais ágil e eficiente. Isso resulta em menor tempo de espera para a realização dos exames e para a obtenção dos resultados, melhorando o fluxo de atendimento e a satisfação dos pacientes.

Flexibilidade e Escalabilidade

A terceirização permite maior flexibilidade na gestão dos serviços de Raio-X. A demanda por exames pode variar significativamente, e uma empresa especializada tem mais capacidade de ajustar rapidamente seus recursos para atender picos de demanda, sem comprometer a qualidade dos serviços.

Foco no Core Business

Com a terceirização do serviço de Raio-X, a administração hospitalar pode focar suas energias e recursos em seu core business, que é o atendimento médico e hospitalar. Delegar a gestão de serviços de imagem a uma empresa especializada libera recursos gerenciais para áreas estratégicas do hospital.

Atualização Tecnológica Constante

Empresas especializadas em serviços de imagem têm maior capacidade de acompanhar e investir em novas tecnologias. Isso garante que o hospital sempre tenha acesso às mais recentes inovações em equipamentos de Raio-X, sem a necessidade de realizar grandes investimentos periódicos em atualização tecnológica.

Compliance e Gestão de Riscos

A contratação de uma empresa especializada em serviços de Raio-X melhora a gestão de compliance e riscos. Empresas terceirizadas possuem expertise em normativas e regulamentações específicas, garantindo que os serviços prestados estejam sempre em conformidade com as exigências legais e técnicas.

Justificativa Técnica

Necessidade e Urgência

A crescente demanda por serviços de diagnóstico por imagem e a necessidade de manutenção de altos padrões de qualidade tornam a contratação do serviço de Raio-X por imagem via terceirização total uma medida urgente e necessária. A ausência de previsão atual no PCA é justificada pela fase de transição para a Lei 14.133/2021, porém, a inclusão no PCA 2024/2025 está em andamento.

Impacto Positivo no Atendimento

A terceirização imediata desse serviço trará um impacto positivo significativo na qualidade do atendimento médico, reduzindo filas de espera e permitindo diagnósticos mais rápidos e precisos. Isso é fundamental para garantir a saúde e o bem-estar dos pacientes.

Sustentabilidade Financeira

Os benefícios econômicos, como a redução de custos operacionais e a eliminação de investimentos em equipamentos caros, justificam financeiramente a terceirização. A administração poderá alocar recursos de forma mais eficiente, garantindo a sustentabilidade financeira do hospital.

Conclusão

A contratação do serviço de Raio-X por imagem via terceirização total apresenta inúmeros benefícios que justificam técnica e economicamente a sua realização. Desde a melhoria na qualidade do atendimento e a redução de custos operacionais até a flexibilidade e atualização tecnológica constante, esta medida assegura a eficiência e a qualidade dos serviços de saúde prestados à população, alinhando-se às exigências da Lei 14.133/2021.

13. Providências a serem Adotadas

Não há providências a serem tomadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Possíveis Impactos Ambientais

Geração de Resíduos Perigosos

Descrição: A operação de equipamentos de Raio-X gera resíduos perigosos, como filmes radiológicos, soluções de revelação e fixação, e materiais contaminados com resíduos químicos.

Justificativa Técnica: Esses resíduos contêm substâncias químicas que podem ser prejudiciais ao meio ambiente se não forem descartadas corretamente. É necessário adotar procedimentos rigorosos de coleta, armazenamento e descarte desses resíduos, conforme as normas ambientais vigentes (Resolução CONAMA nº 358/2005).

Consumo de Energia

Descrição: Equipamentos de Raio-X são intensivos em consumo de energia elétrica, especialmente durante os períodos de uso constante.

Justificativa Técnica: O aumento no consumo de energia contribui para a maior emissão de gases de efeito estufa, caso a fonte de energia não seja renovável. A contratação deve priorizar equipamentos com alta eficiência energética e, se possível, fontes de energia renovável.

Emissão de Radiação



Descrição: A emissão de radiação é inerente ao funcionamento dos equipamentos de Raio-X. Embora seja controlada e limitada às áreas de uso, há riscos associados à exposição inadequada.

Justificativa Técnica: A radiação não controlada pode afetar a saúde humana e o meio ambiente. A terceirização deve garantir que todas as normas de segurança radiológica sejam rigorosamente seguidas, minimizando o risco de exposição.

Consumo de Água e Efluentes

Descrição: O processo de revelação de filmes radiológicos tradicional consome água e gera efluentes que contêm resíduos químicos.

Justificativa Técnica: O descarte inadequado desses efluentes pode contaminar corpos d'água e o solo. A contratação deve contemplar soluções digitais sempre que possível, reduzindo a dependência de processos que geram efluentes. Quando necessário, deve-se adotar tecnologias de tratamento de efluentes para minimizar impactos ambientais.

Poluição Química

Descrição: Produtos químicos utilizados no processamento de imagens radiológicas podem causar poluição se não forem manuseados e descartados adequadamente.

Justificativa Técnica: A contratação deve incluir procedimentos específicos para o manuseio seguro e o descarte adequado de produtos químicos, conforme as regulamentações ambientais (ABNT NBR 10004:2004).

Medidas Mitigadoras

Implementação de Equipamentos Digitais

Descrição: Priorizar a utilização de equipamentos digitais de Raio-X, que não requerem filmes radiológicos nem soluções de revelação e fixação.

Justificativa Técnica: A digitalização elimina a geração de resíduos perigosos e reduz significativamente o consumo de água e a produção de efluentes.

Gestão Adequada de Resíduos

Descrição: Adotar um sistema de gestão de resíduos que assegure o correto manuseio, armazenamento, transporte e descarte de resíduos perigosos.

Justificativa Técnica: A gestão adequada de resíduos perigosos previne a contaminação ambiental e atende às exigências legais, garantindo a sustentabilidade das operações.

Eficiência Energética

Descrição: Contratar fornecedores que utilizem equipamentos de Raio-X com alta eficiência energética e implementar práticas de economia de energia.

Justificativa Técnica: Equipamentos energeticamente eficientes reduzem o consumo de energia e, consequentemente, as emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para a sustentabilidade ambiental.

Tratamento de Efluentes

Descrição: Implementar sistemas de tratamento de efluentes para os resíduos líquidos gerados durante o processo de revelação de filmes radiológicos.

Justificativa Técnica: O tratamento adequado dos efluentes evita a poluição hídrica e do solo, protegendo o meio ambiente e cumprindo as exigências legais.

Monitoramento e Treinamento

Descrição: Estabelecer um programa contínuo de monitoramento ambiental e treinamento dos profissionais envolvidos no serviço de Raio-X.

Justificativa Técnica: O monitoramento garante que as práticas ambientais sejam seguidas conforme planejado, enquanto o treinamento contínuo capacita os profissionais a manusear e descartar corretamente os materiais e a operar os equipamentos de maneira segura e eficiente.

Conclusão

A consideração dos possíveis impactos ambientais e a implementação de medidas mitigadoras são fundamentais para assegurar que a contratação do serviço de Raio-X por imagem via terceirização total seja realizada de maneira sustentável e conforme a legislação vigente. Adotando as providências necessárias, a Administração garante a proteção do meio ambiente e a eficiência na prestação dos serviços de saúde.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Conforme Estudo Técnico Preliminar, Esta equipe de Planejamento Declara Viável a melhor Solução encontrada.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

REZENDE FELIZARDO LEMOS DA SILVA

técnico em radiologia

Despacho: elaboração conjunta ETP

MAURIVANA VASCONCELOS DOS SANTOS

técnico em radiologia

Despacho: Requisitante

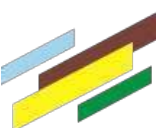
JALISSON MIRANDA TEIXEIRA

coordenador MAC





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **LINDOMAR BARBOSA ALVES - PREFEITO**,
CPF: 325.50*.**2-3 em 27/06/2024 20:31:18. Cód. Autenticidade da Assinatura:
2038.2Z31.718Z.W18U.1118, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de
2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **ALESSANDRA PIRES DE ASSIS, CPF:**
701.55*.**2-9 em 27/06/2024 19:34:07. Cód. Autenticidade da Assinatura:
19A0.1434.007U.R324.0668, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de
2020.



Informações do Documento

ID do Documento: 1.347.13E - Tipo de Documento: ESTUDO TECNICO PRELIMINAR - ETP - Nº 34/2024

Elaborado por **ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA, CPF: 825.52*.**2-5**, em 27/06/2024 -
17:46:22

Código de Autenticidade deste Documento: 1781.3746.522H.W33W.7154



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI

Comissão Permanente de Licitação - CPL

MAPA COMPARATIVO DE PREÇO

COTAÇÃO 001 PESQUISA MERCADO LOCAL				EMPRESA 04	
ITE	DISCRIMINAÇÃO	QUAN	UNID.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 12
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E LOCAÇÃO DE APRELHO DE RAIOS X FIXO DIGITAL DE MINIMO DE 600 MA. - ALTA FREQUÊNCIA - MICROPROCESSADO. Tensão de alimentação TRIFÁSICO - 220VAC OU 380VAC/60Hz. Faixa de KV 40 a 150 KV. Passo de ajuste de KV 1 KV. Faixa de mA 20 a 500 mA. Memória de Técnica Pré - programadas opcional. Estabilização de rede automática, PAINEL DE COMANDO. Indicações de Parâmetros de raio-x de KV e mAs no mínimo. Tipo de mostrador Digital (display de leds). Indicação de foco. Tipo de painel Membrana Tipo de teclas Tipo micro switch/luminosa. Acesso ao Menu de configurações. Display de cristal líquido. Botão de	1	SERV	R\$ 30.000,00	R\$ 360.000,00
TOTAL GERAL DA PROPOSTA				360.000,00	

Candeias do Jamari-RO, 28 de junho de 2024.







PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E LOCAÇÃO DE APRELHO DE RAO -
X FIXO DIGITAL DE MINIMO DE 600 MA. - ALTA
FREQUÊNCIA - MICROPROCESSADO. Tensão de
alimentação TRIFÁSICO - 220VAC OU 380VAC/60Hz. Faixa
de KV 40 a 150 KV. Passo de ajuste de KV 1 KV. Faixa de mA
20 a 500 mA. Memória de Técnica Pré - programadas
opcional. Estabilização de rede automática, PAINEL DE
COMANDO. Indicações de Parâmetros de raio-x de KV e
mAs no mínimo. Tipo de mostrador Digital (display de
leds). Indicação de foco. Tipo de painel Membrana Tipo de
teclas Tipo micro switch/luminosa. Acesso ao Menu de
configurações. Display de cristal líquido. Botão de







Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **PAULO FERNANDO SCHIMIDT CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE**, CPF: 375.73*.**8-5 em **01/07/2024 10:54:04**,
Cód. Autenticidade da Assinatura: 1033.2254.6044.222K.7280, com fundamento na Lei
Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.351.D24** - Tipo de Documento: **TERMO**.

Elaborado por **PAULO FERNANDO SCHIMIDT CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE**, CPF: 375.73*.**8-5
, em **01/07/2024 - 10:54:04**

Código de Autenticidade deste Documento: 10U0.7E54.4046.V303.1874

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>

